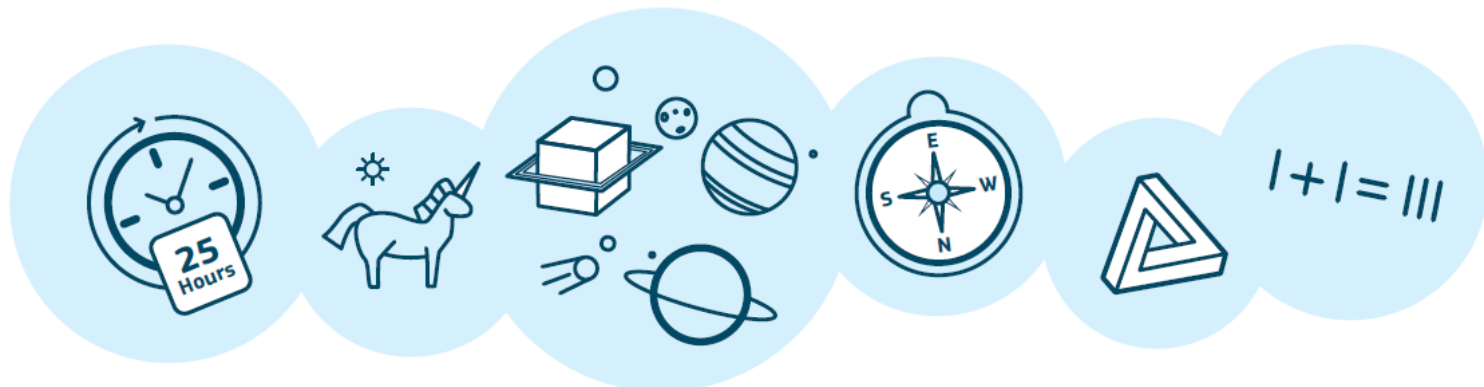




European
Commission



5.ª Cimeira da Parceria Oriental em Bruxelas

Mitos sobre a Parceria Oriental



MITO 1

A participação na Parceria Oriental leva à adesão à UE

FALSO: A iniciativa da Parceria Oriental não é um **processo de adesão à UE**. O seu objetivo é criar um espaço comum de democracia, prosperidade, estabilidade e cooperação reforçada partilhadas. A iniciativa da Parceria Oriental oferece **um quadro inclusivo** para os Estados-Membros da União Europeia, juntamente com a Arménia, o Azerbaijão, a Bielorrússia, a Geórgia, a República da Moldávia e a Ucrânia, cooperarem, nomeadamente nos seguintes domínios: 1) Desenvolvimento económico e oportunidades de mercado; 2) Reforço das instituições e da boa governação; 3) Conectividade, eficiência energética, ambiente e alterações climáticas; e 4) Mobilidade e contactos interpessoais. Cada país é livre de escolher o nível de ambição e os objetivos a que aspira nas suas relações com a União Europeia.

MITO 2

A Parceria Oriental foi uma iniciativa concebida pela UE para provocar a Rússia

FALSO: A iniciativa da Parceria Oriental **não é contra nenhum país**; trata-se de uma plataforma **construtiva e mutuamente benéfica** para que os países da região tenham uma relação mais estreita com a UE, se assim o desejarem. A UE não exige que os seus parceiros tenham de escolher entre a UE ou qualquer outro país. Defendemos as relações de boa vizinhança. A Parceria Oriental respeita as aspirações e ambições individuais de cada país parceiro.



MITO 3

A Parceria Oriental é fonte de desestabilização ou de mudança de regime

FALSO: A agenda transformativa da Parceria Oriental visa gerar mudanças positivas na vida dos cidadãos da União Europeia e dos países da Parceria Oriental. Uma das principais formas de alcançar este objetivo é incorporar e incentivar as regras e os princípios democráticos. **A UE não impõe qualquer ação ou programa aos países parceiros.** O objetivo geral da cooperação é **criar um espaço comum de democracia, prosperidade e estabilidade partilhadas**, em consonância com as aspirações de cada país.

MITO 4

A agenda da Parceria Oriental é imposta aos parceiros contra a sua vontade

FALSO: A Parceria Oriental é uma iniciativa conjunta da União Europeia e dos seis países parceiros. Não foi imposta e cada país tem a possibilidade de escolher o nível da sua participação e da sua ambição. A UE não impõe qualquer programa de reformas nem quaisquer valores aos países parceiros. Na verdade, acontece exatamente o contrário. **Os países parceiros optam por se alinhar pelas normas da UE.** Este alinhamento faz-se, por exemplo, através da adoção de estruturas de governação transparentes e responsáveis e da harmonização das normas industriais para beneficiar de oportunidades comerciais mútuas.

MITO 5

O dinheiro da UE está a ser desperdiçado devido à corrupção

FALSO: Os fundos da UE são sempre sujeitos a **rigorosos procedimentos de monitorização e de comunicação de informações.** Além disso, a corrupção atinge mais duramente as pessoas comuns, e é por isso que uma das principais prioridades apoiadas pela UE nos países parceiros é a **luta contra a corrupção**, nomeadamente com a reforma do sistema judiciário, as reformas constitucionais e eleitorais, a melhoria do ambiente empresarial em geral e a reforma da administração pública. É do interesse dos cidadãos da UE e dos cidadãos dos países parceiros apoiar essas reformas que visam estabelecer um sistema equitativo, onde exista equilíbrio de poderes.

MITO 6

A Parceria Oriental permitiu a migração em massa destes países para a União Europeia

FALSO: A União Europeia tem em vigor acordos com a Geórgia, a República da Moldávia e a Ucrânia que permitem que os seus cidadãos titulares de passaportes biométricos se desloquem para o espaço Schengen sem visto durante 90 dias **por qualquer período de 180 dias. Podem deslocar-se** para fazer turismo, visitar familiares ou amigos, ou por motivos profissionais, mas não para trabalhar. Estão em vigor acordos de facilitação de vistos com a Arménia e o Azerbaijão, prevendo ainda a necessidade de vistos, mas com menos encargos administrativos para os seus cidadãos poderem deslocar-se para o espaço Schengen. Estes acordos



são acompanhados de **acordos de readmissão**, que estabelecem os procedimentos para o **regresso dos imigrantes em situação irregular aos seus países**, nomeadamente dos que estão envolvidos em atividades criminosas. São efetuados, por confronto com as bases de dados pertinentes, controlos sistemáticos das pessoas que atravessam as fronteiras externas da UE, a fim de verificar que não representam uma ameaça para a ordem pública, a segurança interna ou a saúde pública. Essas bases de dados incluem o Sistema de Informação de Schengen e a base de dados da Interpol relativa a Documentos de Viagem Roubados e Extraviados. A Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira, um projeto gerido pela Frontex, está a trabalhar no sentido de **reforçar a gestão das fronteiras** nos seis países parceiros. É oferecida formação específica às autoridades relevantes, a fim de as ajudar a melhorar a segurança, proteger as pessoas vulneráveis (por exemplo, requerentes de asilo, vítimas de tráfico de seres humanos), prevenir a criminalidade transfronteiras e reduzir a corrupção.

MITO 7

O comércio livre abre as portas à concorrência desleal de produtos dos países parceiros no mercado da UE e à mão de obra mais barata

FALSO: As relações comerciais entre a UE e os países parceiros são **mutuamente benéficas**. Os países da Parceria Oriental proporcionam novos mercados e consumidores às empresas europeias, e as zonas de comércio livre abrangente e aprofundado estabelecidas com a Geórgia, a Moldávia e a Ucrânia permitem que os cidadãos desses países beneficiem de uma maior possibilidade de escolha, qualidade e segurança dos produtos disponíveis graças a normas mais elevadas em termos de defesa do consumidor. As exportações da UE para os seis países parceiros quase duplicaram, passando de 16,3 mil milhões de EUR, em 2004, para 30 mil milhões de EUR, em 2016. Os dados relativos aos primeiros oito meses de 2017 são igualmente promissores, demonstrando um evidente crescimento do comércio bilateral nos seis países. Os controlos aduaneiros nas fronteiras externas da UE implicam que os produtos importados continuam a ter de respeitar as normas e os requisitos da UE. A UE pode também tomar medidas se um setor da UE se queixar de danos provocados por práticas desleais como o *dumping* ou as subvenções.

MITO 8

Através da Parceria Oriental, a UE coopera com dirigentes que não respeitam a democracia e os direitos humanos

FALSO: A União Europeia foi fundada com base nos **princípios da democracia e do respeito pelos direitos humanos**. É uma proponente e defensora destes valores tanto dentro da União Europeia como para além das suas fronteiras. O valor acrescentado da Parceria Oriental reside no facto de proporcionar uma plataforma para os Estados-Membros da União Europeia e os seis países parceiros se reunirem e partilharem experiências e boas práticas. Uma governação mais forte, nomeadamente com o reforço das instituições e da boa governação, é um dos domínios prioritários da Parceria Oriental. Fora do quadro da Parceria Oriental, que é um quadro multilateral, a União Europeia também goza de fortes relações bilaterais com cada um dos países a título individual e aborda questões relacionadas com a democracia e os direitos humanos no âmbito de diálogos anuais específicos.



MITO 9

A participação na Parceria Oriental significa que esses países não podem ser membros da União Económica Eurasiática

FALSO: A participação na iniciativa da Parceria Oriental **não exclui a adesão** à União Económica Eurasiática. A Arménia e a Bielorrússia, por exemplo, participam em ambas. A UE **apoia a integração regional** por todo o mundo. Mas esse apoio é baseado na liberdade de escolha dos países participantes e no respeito do direito internacional, incluindo o respeito das fronteiras internacionais. No que se refere à cooperação da própria União Europeia com a União Económica Eurasiática, é possível um diálogo caso os Estados-Membros da UE decidam prosseguir esta via, em simultâneo com a aplicação dos acordos de Minsk.

MITO 10

Os cidadãos da UE não beneficiam da Parceria Oriental

FALSO: A estabilidade, a segurança e a prosperidade dos países situados na nossa **vizinhança são essenciais para a estabilidade, segurança e prosperidade da própria UE**, implicando benefícios diretos para os cidadãos da UE. O objetivo da Parceria Oriental é criar um espaço comum com essas qualidades. Além disso, a Parceria Oriental traz consigo **novos mercados para as empresas e os consumidores de ambos os lados**, especialmente mediante a assinatura dos Acordos de Associação, que incluem as zonas de comércio livre abrangente e aprofundado. Ao abrigo de tais acordos, estão protegidas as indicações geográficas e a propriedade intelectual dos cidadãos, empresas e regiões da UE. Entre os outros benefícios da Parceria Oriental e das estreitas relações com os nossos vizinhos de Leste contam-se o aumento do turismo e de oportunidades para os intercâmbios, especialmente para os jovens (por exemplo, com o [programa Erasmus+](#) e o [Fórum da Juventude da Parceria Oriental](#)). A União Europeia apoia igualmente os **média independentes nos países da Parceria Oriental** uma vez que um ambiente mediático que seja crítico e livre é essencial para a democracia, que por sua vez promove a estabilidade na vizinhança da UE.

[Learn more about the 5th Eastern Partnership summit](#)

